

14 OUT 1995

Brasil poderá recomprar títulos da dívida externa

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — A partir de segunda-feira, o Brasil poderá comprar os títulos de sua dívida externa com desconto. Hoje, o deságio varia de 7% e 52%, por causa do movimento de compra e venda dos papéis no mercado internacional. A permissão para a compra será dada porque o país completará o pagamento das garantias fixadas no acordo feito com bancos privados estrangeiros em 1994.

Entre a aquisição de garantias e o terceiro pagamento semestral de juros por conta da renegociação da dívida, que serão feitos simultaneamente, o desembolso total desta segunda-feira será de US\$ 1,87 bilhão.

A dívida externa brasileira com os bancos privados é de US\$ 43,5 bilhões, com pagamento parcelado por 30 anos, a partir da assinatura do acordo no ano passado. Pelo contrato, o Brasil estava proibido de comprar seus títulos porque não pagou integralmente as garantias do acordo — de US\$ 3,9 bilhões — em abril de 1994.

Se quisesse, o Brasil poderia deixar para pagar cerca de metade dos US\$ 537,7 milhões em garantias em abril de 1996. Na segunda-feira, porém, o país vai antecipar a despesa do ano que vem para finalizar as garantias.

Segundo os técnicos, além de poder comprar os títulos no mercado, o Brasil terá sua imagem “fortalecida” junto aos investidores estrangeiros. Há um mês, o Senado autorizou a operação e o Banco Central foi comprando os títulos necessários para compor as garantias. O pagamento não terá impacto nas reservas internacionais porque os dólares ficam numa conta em separado em nome do Brasil. Se o país pagar sua dívida até o fim, este dinheiro poderá ser utilizado novamente pelo país.

Nas reservas, terá impacto o pagamento de US\$ 1,334 bilhão de juros, que é feito semestralmente pelo Banco Central. Hoje, as reservas disponíveis são de US\$ 45,7 bilhões.

Rio renegocia dívida

O governador Marcello Alencar vai entregar ao governo federal, na próxima terça-feira, sua proposta para a renegociação da dívida mobiliária do Estado do Rio pleiteando redução das taxas de juros, perdão de parte do débito e aumento do prazo de pagamento de 20 para 30 anos. “O que estamos propondo não é muito diferente da solução que o Brasil teve na negociação da dívida externa”, lembrou o governador. Segundo Marcello, a dívida mobiliária fluminense gira em tor-

no de R\$ 3 bilhões. O governador informou que o estado do Rio não tem dívidas contratuais nem dívidas contraídas através de antecipações de receita. “Essas são as piores, porque nelas o Estado cai numa rede de agiotagem dos bancos privados”, afirmou. Apesar disso, Marcello disse que a dívida mobiliária do Rio o preocupa muito por causa do seu alto custo.

Ele acha que os estados devem negociar suas dívidas isoladamente com o governo federal.